

(X) Graduação () Pós-Graduação

**DESCENTRALIZAÇÃO DO COMANDO DE POLICIAMENTO DE RONDAS DE
AÇÕES INTENSIVAS E OSTENSIVAS: uma visão da política de segurança pública no
Ceará**

Abraão Henrique Salgado Rosal
Polícia Militar do Ceará
abraaohenrique.10@gmail.com

Joaquim de Oliveira Silva
Polícia Militar do Ceará
oliveiracairo@hotmail.com

Stephany Emmnauely Bandeira dos Santos
Centro Universitário UniFanor/Wyden
Stephany.bsantos@hotmail.com

Roger Sherman Ferreira de Sousa
Polícia Militar do Ceará
rogershermanf@gmail.com

Francisco Carlos de Sousa Alcântara
Polícia Militar do Ceará
Falcantara.16@gmail.com

RESUMO

A política de segurança pública implementado pelo Governo do Estado do Ceará, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), fortaleceu o Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) como uma peça-chave na segurança estadual. O CPRaio, como executor das diretrizes da Polícia Militar do Ceará (PMCE) em motopolicciamento, desenvolveu e refinou a doutrina de motopatrulhamento tático, tornando-se um elemento central no programa de segurança do estado. A expansão do CPRaio, iniciada em 2015, ampliou sua presença para 75 municípios, atendendo a mais de 80% da população cearense. A ampliação enfrentou desafios logísticos e estratégicos, refletindo a necessidade de adaptação às demandas da segurança pública de maneira regionalizada. A análise desenvolvida no presente estudo abrange todo o processo de expansão da unidade, trazendo enfoque na evolução do efetivo, terreno coberto e os resultados operacionais referente a apreensão de armas de fogo, fazendo um comparativo do desempenho do CPRaio com as demais vinculadas. Os dados analisados demonstram uma redução significativa nos índices de crimes violentos após a implementação das bases RAI0, evidenciando a eficácia da estratégia de interiorização. A metodologia incluiu análise exploratória, qualitativa e pesquisa documental, além de uso de ferramentas de análise de dados.

Palavras-chave: Segurança pública; Motopolicciamento; CPRaio; Expansão; Eficiência.

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Ceará (PMCE), no cumprimento de suas atribuições constitucionais e alinhada às políticas públicas estabelecidas pelo Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), desenvolveu e aprimorou internamente o conceito de motopolicamento, destacando-se o Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) como sua principal expressão na área.

O CPRaio, como órgão executivo da PMCE, é responsável por elaborar e aprimorar a doutrina de motopolicamento dentro da instituição. Criada em 2004 em Fortaleza/CE, a unidade é hoje um protagonista central na segurança pública do Ceará, sendo um dos elementos fundamentais do programa estadual de segurança.

As políticas de segurança devem ser abordadas de forma abrangente, operando por meio de um sistema de segurança e justiça que atue de maneira interdisciplinar, promovendo a integração entre diversos órgãos públicos e privados, a sociedade civil, a mídia e todas as ferramentas disponíveis para promover o bem-estar social. A formulação dessas políticas no Brasil é um processo complexo, oscilando entre a necessidade de reformas sociais e políticas de dissuasão individual. A crença de que o crime é resultado de fatores socioeconômicos, que limitam o acesso a meios legítimos de subsistência, é uma ideia que permeia essa formulação.

Diante do aumento da insegurança em nível nacional, os resultados operacionais alcançados pelo CPRaio por meio de suas atividades de motopolicamento, aliados à confiança da população e à abordagem técnica de descentralização da política pública, impulsionou a demanda pela expansão da unidade. Inicialmente implantada em macrorregiões, a expansão começou em 2015 com a instalação da base RAIO em Juazeiro do Norte/CE e se desdobrou em quatro fases de ampliação, escolhidas de acordo com a densidade populacional das regiões contempladas. Atualmente, o projeto alcança 75 municípios e atende a mais 80% da população cearense, estando presente em todas as regiões do estado.

O desafio enfrentado pela gestão pública contemporânea reside no investimento em estratégias de policiamento que sejam flexíveis diante da dinâmica da violência, permitindo uma implementação ágil e eficaz com impacto tangível na sociedade. O modelo de policiamento desenvolvido pelo CPRaio, respaldado por uma cultura organizacional robusta e uma doutrina coesa, simplifica seu processo de expansão e implantação, podendo ser prontamente adaptado como uma unidade de manobra avançada da Corporação.

A envergadura do projeto, tanto em termos de formação de recursos humanos quanto de

recursos materiais (armamento, frota de veículos, infraestrutura etc.) e a logística envolvida, representou um desafio em todas as etapas. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de descentralização do CPRaio, examinando a conjuntura geral do processo no estado, a evolução do efetivo empregado e a cobertura territorial alcançada na execução da política pública.

Como objetivo específico, esta análise visa demonstrar a importância do modelo de motopolicamento tático na redução da violência, descrevendo sua expansão e os resultados operacionais em termos de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP) e Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) nas regiões onde as bases do RAIO estão situadas, avaliando assim a eficácia da política pública de interiorização da unidade.

A metodologia adotada abrange desde a primeira fase de expansão até a última base inaugurada, na cidade de Marco - Ce. Os dados coletados sobre formação e implantação são provenientes da Seção de Pesquisa, Desenvolvimento, Ensino e Instrução SPDEI-P/3-CPRaio, responsável pelo desenvolvimento de projetos de ensino e instrução do CPRaio, utilizando técnicas metodológicas exploratórias-descritivas, análise qualitativa e pesquisa bibliográfica e documental.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão de literatura deste estudo visa estabelecer uma conexão entre diferentes temas das ciências, integrando conceitos diversos relacionados às políticas públicas aplicadas à segurança, com foco especial no motopolicamento. Além disso, destaca a relevância da gestão estratégica na administração pública, especialmente no contexto de projetos de segurança.

A revisão engloba uma ampla gama de tópicos teóricos e práticos relacionados à segurança pública, desde a formulação de políticas até a implementação de medidas operacionais, com foco especial na abordagem de motopolicamento. As temáticas abordadas incluem políticas públicas, o contexto da violência urbana e o processo de interiorização da criminalidade, o desenvolvimento do modelo de motopolicamento no cenário brasileiro e a história do Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas, principal unidade de motopolicamento da América Latina.

Por meio da revisão de literatura, espera-se fornecer uma base sólida para a análise da descentralização do CPRaio, oferecendo *insights* sobre os desafios e oportunidades dessa estratégia na promoção da segurança pública no Ceará.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas se apresentam, por natureza, como uma resposta do Estado as demandas emergentes da sociedade, bem como, da sua própria estrutura. Tendo nas políticas pública a materialização da expressão do compromisso da administração público de atuação em determinadas áreas a diferentes prazos. Pode-se entender a política pública como:

Linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual (Degenszahj, 2000).

A compreensão do termo público é de fundamental importância para se entender o que é política pública, tendo vários autores análises diversas sobre o tema, tentando assim chegar em um mérito semelhante do conceito (Carvalho, et al., 2003). O termo público, quando associado a política, não é uma referência exclusiva ao Estado, mas a coisa pública, ou seja, de todos e sobre os pressupostos isonômicos da aplicação uniforme da lei. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo ser controladas pelos cidadãos. Logo, a política pública expressa a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, as quais afetam todos (Pereira, 1994).

Políticas públicas são ações de Governo, logo, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação) (Rodrigues, 2010).

2.1.1 Formulação de políticas públicas

O processo de formulação de políticas públicas traz em seu contexto, de maneira formal e informal, identificação e priorização de necessidades e objetivos de interesse da coletividade, sendo medular em sua elaboração. Dentro desses parâmetros, depreende-se que as políticas públicas podem ser decifradas como ferramentas utilizadas pelo poder público para atender às demandas da sociedade. A sua relevância, importância, alcance e legitimidade junto à comunidade dependem da participação de diversos atores, incluindo-se obrigatoriamente os profissionais que atuam na área, não impedindo ou limitando, de forma alguma, a participação

social (Sousa, 2019).

A formulação da política pública refere-se ao processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema. Nesse segundo estágio do processo político-administrativo faz-se a identificação, o refinamento e a formalização das opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos no estágio de montagem da agenda (Howlett, et al., 2013).

Em governos democráticos o momento de desenvolvimento de uma política pública, é o momento ao qual o executivo terá a oportunidade de sair do campo das promessas e passar a corporificar seus projetos e programas de gestão, onde se buscará soluções técnicas para as mazelas ao qual as políticas públicas procuram combater. A cooperação, de forma ativa ou passiva de um corpo técnico, seja da administração pública ou de atores que atuem de forma voluntariosa, é de fundamental importância para elaboração de propostas capazes de contemplar de forma eficaz o campo abordado, delimitando assim o problema a construção de alternativas viáveis de solução, analisando e avaliando a relação custo-benefício e estabelecendo as prioridades a serem abordadas (Sousa, 2019).

Os dados obtidos através das estatísticas públicas, especialmente aquelas levantadas nos Censos Demográficos, têm sido fundamentais na formulação de políticas públicas nos três níveis de governo, ao permitirem a elaboração de diagnósticos socioeconômicos com uma ampla gama temática, detalhe territorial e comparabilidade histórica. Sendo essenciais para o dimensionamento de demandas sociais, proposição de políticas e programas e para orientação do investimento público e privado em infraestrutura urbana e serviços (Jannuzzi, 2017).

Ao se analisar a implementação de sistemas, capazes de provocar mudanças na concepção, no desenho institucional e nos modos de operação, ou seja, de gestão dos programas de cada área, é preciso se levar em conta as diversidades e dicotomias apresentadas em cada região, levando-se em conta a realidade de cada ente abordado, sua capacidade de alocação, organização e gerenciamento dos recursos empregados (Carvalho, et al., 2003).

Em resumo, a fase de formulação é composta pelos processos de definição e escolhas dos processos que merecem a intervenção estatal, produção de soluções ou alternativas e tomada de decisões.

2.1.2 Implementação das políticas públicas

A implementação refere-se à execução das decisões adotadas na etapa prévia, sendo neste momento que a ideia sairá do papel e exteriorizará todo o seu potencial de resolutividade

ao problema confrontado.

Implementação é um processo que se volta essencialmente para examinar as estruturas as práticas e o comportamento burocrático quando a administração pública age buscando atender diretrizes legislativas ou executivas (Pedro, 1986).

Na literatura o conceito do processo de implementação ainda goza de pouco consenso, mas para a grande maioria dos autores a implementação deve ser vista como um processo em evolução, pois novas circunstâncias estão sempre sendo enfrentadas, o que permite atualizar as ideias subjacentes à implementação. Em outras palavras, ao ser implementada, a própria política pode ser alterada, não sendo algo imutável ou estático.

Ao afirmar que a implementação é um trabalho de Sísifo, (PRESSMAN, et al., 1984) apresentam uma instigante metáfora da implementação – como pode a humanidade em algum momento terminar o seu trabalho? Somente se a vida social, com as suas contradições, nunca mudasse – o que é uma utopia, poderia a implementação ter um fim (Najberg, 2006).

As diversas dificuldades apresentadas ao processo de implementação dos programas governamentais são encaradas como uma das dimensões cruciais – senão a variável central – para o insucesso governamental em atingir os objetivos preestabelecidos nas suas políticas públicas, apresentando-se como o “elo perdido” nas discussões sobre a eficiência e eficácia das ações governamentais (Najberg, 2006).

A implementação das políticas públicas traz à tona a vontade da administração, descortinando para a coletividade os grupos que serão privilegiados ou suprimidos, visto que a execução de uma política pública é o meio mais acessível para influenciar o cenário atual ou futuro. Sendo nesse momento que se abre a possibilidade de analisar e constatar a efetividade da política pública em atender o interesse coletivo, considerando, dentre outros aspectos: suas incoerências, ambiguidades e incertezas (Sousa, 2019).

Como relatado in verbi por Luiz Pedone

O estudo de implementação é complexo porque na prática não existe uma clara linha divisória entre formulação/decisão, e implementação. Na medida em que políticas são implementadas, são também formuladas. O processo de políticas públicas não é linear, mas considerado circular. O processo de políticas públicas é processo dinâmico, ‘conectando problemas, objetivos de políticas governamentais, órgãos executores, implementação e grupos a serem atingidos pela ação governamental (Pedro, 1986).

A legitimidade da existência do estado, dentre outras definições é apontada por sua capacidade de colocar políticas públicas em prática, materializando e dando vida concreta a elas. Como aponta (Pollitt, 2013), é por meio da implementação de serviços públicos que os governos constroem e fundamentam sua legitimidade, já que eles carregam em si a face mais

exposta do estado. Analisar como esses serviços e políticas públicas são concretamente construídos por meio da ação prática de burocratas que transforma ideias abstratas em ações concretas é o grande objetivo desse campo que, dessa forma, tem muito a contribuir tanto teórica quanto empiricamente (Lotta, 2019).

2.1.3 Avaliação de políticas públicas

O desenvolvimento de novas ferramentas para a avaliação de políticas e programas governamentais assumiu grande relevância para as funções de planejamento e gestão dentro da administração pública. Apesar da existência de experiências anteriores, o interesse pela avaliação tomou grande impulso com a modernização da administração. A globalização propiciou o contato com o modelo de gestão moderno, existente em vários países desenvolvidos, fazendo com que de forma natural, a troca de conhecimento estimulasse a adoção de princípios de uma gestão pública inovadora, tais como a ideia de uma administração pública empreendedora, propiciando a transformações das relações entre Estado e sociedade (Cunha, 2018).

A etapa de avaliação de políticas públicas é de grande relevância para subsidiar as decisões da gestão governamental, viabilizando a formulação e o planejamento de políticas públicas, facilitando assim a sua readequação, na medida em que informa a necessidade de reformulações ou ajustes das ações, bem como, propicia uma melhor análise de suas decisões sobre a implementação, a manutenção ou a interrupção dessas ações (Cunha, 2018).

Iniciativas para o acompanhamento e monitoramento das políticas públicas desenvolvidas permitem traçar o alcance e a efetividade da política executada, um exemplo desse tipo de proposta é a da Portaria Interministerial, de 08.04.2016, no qual institui o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP), no qual tem como objetivo o aperfeiçoamento das políticas públicas, programas e ações do Poder Executivo Federal para o alcance de melhores resultados; trazendo de forma direta o aprimoramento na alocação de recursos e melhoria na qualidade do gasto público (Andrade, et al., 2017).

O processo de avaliação de uma política pública ocorre a partir do momento em que seus efeitos são gerados, possibilitando assim a análise de indicadores que demonstrem em quais níveis as metas foram atingidas. Compreendendo a análise de avaliação das políticas a partir da visão dos beneficiários da política e não apenas das interpretações advindas dos idealizadores. À etapa de avaliação das políticas públicas buscará mensurar os erros e acertos da política pública executada, bem como analisar critérios relacionados à economicidade,

eficiência, eficácia e a equidade na distribuição dos benefícios entre os destinatários de uma política pública (Silva, et al., 2017).

2.2 O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA URBANA E O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE

O crescimento da violência urbana e sua concentração em grandes centros urbanos são fenômenos que exigem uma abordagem interdisciplinar, demandando uma análise que considere diversos aspectos e possibilidades, incluindo estudos sobre indivíduos, grupos, classes e instituições (Oliveira, 2019). Diante da necessidade de multidisciplinariedade, as instituições públicas enfrentam um universo complexo, dinâmico e altamente mutável, sendo essencial uma capacidade de adaptação rápida das instituições e de suas políticas de enfrentamento (Rosal, 2021).

Um estudo realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime em 2018 define violência urbana como "um comportamento que envolve o uso da força física ou da coerção para infligir dano ou sofrimento a outra pessoa, com a intenção de prejudicar ou controlar essa pessoa" (United Nations Office on Drugs and Crime, 2018).

Nessa perspectiva, o crime é compreendido como um fenômeno social que afeta todas as classes sociais, não se limitando a fronteiras geográficas específicas e manifestando-se em diferentes proporções. De acordo com (Mirabete, 1992), a criminalidade está associada ao crime, definido como a conduta humana que lesa ou expõe a perigo um bem jurídico protegido pela lei penal.

É importante ressaltar que nem toda forma de violência é considerada crime pelo Direito Penal, mas seu impacto é difuso na sociedade. A violência urbana causa danos significativos à vida das pessoas, famílias e comunidades, afetando não apenas bens jurídicos protegidos, mas também a economia e a qualidade de vida da comunidade (Britto, 2017).

O aumento na coleta de dados estatísticos, impulsionado pelas políticas governamentais de coleta de dados e pela melhoria na capacidade de processamento de informações por meio de dispositivos tecnológicos, permitiu que os gestores públicos enxergassem além dos grandes centros urbanos. Isso tornou a interiorização da violência um tema relevante para o debate político e um desafio nacional. As instituições públicas precisaram reinventar seus processos de policiamento e aprimorar modelos capazes de atender eficientemente populações fora dos grandes centros econômicos, conforme enfatizado por Waiselfis.

A partir de meados da década passada, o crescimento da violência nas capitais e grandes metrópoles estagna ou vira negativo, enquanto as taxas globais continuam a crescer, ao menos, até 2003. Isso nos indica que os polos dinâmicos da violência mudaram, em nosso caso, para os municípios do interior, como veremos seguidamente. Essa mudança de eixo não significa que os números ou as taxas de homicídio do interior superam as dos grandes centros urbanos. Significa, simplesmente, que o crescimento dos homicídios, sua expansão, concentra-se agora em municípios do interior dos estados. (Waiselfis, 2010)

No contexto apresentado, destaca-se um aspecto particular: os crimes praticados utilizando motocicletas, uma prática cada vez mais frequente em diversos municípios brasileiros, devido às características do ambiente social em que se insere. Isso demanda das forças de segurança a capacidade de se adaptarem e desenvolverem processos que possam mitigar e prevenir de maneira eficaz essa modalidade criminosa (Neves, 2010).

2.3 O DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE MOTOPOLICIAMENTO NO CENÁRIO BRASILEIRO

Em uma análise macro, além dos naturais dificuldades para implementar políticas públicas na área de segurança, deparamo-nos com os desafios da mobilidade urbana. Isso evidencia a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para a proposição de políticas, em que temas aparentemente distintos convergem e se convertem em obstáculos custosos para a implementação eficaz de políticas de segurança pública. Nesse contexto, surge o motopolicamento como um método de policiamento que busca mitigar os efeitos colaterais do crescimento urbano desordenado (Rosal, 2021).

A violência urbana articula um complexo de práticas que constituem boa parte do conflito social nas cidades brasileiras, discutindo o uso de meios violentos à noção leiga de crime (a qual tem relação, mas não pode ser reduzida ao crime como figura do direito penal), enfatizando o quanto essa combinação ameaça permanentemente, e não apenas eventualmente, a integridade física e patrimonial das pessoas (Silva, 2010).

A violência urbana é um fenômeno de abordagem interdisciplinar, podendo ser analisado em diversos aspectos, tendo a possibilidade de ser estudada em termo de indivíduos, grupos, classes e instituições (Oliveira, 2019). Dentro deste conceito multidisciplinar, as instituições públicas se veem diante de um universo dinâmico e altamente mutável, sendo de

fundamental importância, a adaptação rápida das instituições e suas políticas de enfrentamento.

A criminalidade se caracteriza por ser um fenômeno social que atinge todas as classes sociais, não apresentando limites geográficos e retratadas em diferentes proporções. Sendo descrita por (OLIVEIRA, 2019)

A criminalidade está associada a crime, cujo conceito material deve ser obtido na Ciência Jurídica, que o define como a conduta humana que lesa ou expõe a perigo um bem jurídico protegido pela lei penal (Mirabete, 1992). Assim, um fato considerado crime é jurídico, enquanto considerá-lo violento é social, então, nem toda violência é considerada crime pelo Direito Penal (Britto, 2017).

A natureza heterogênea das grandes cidades implica em uma ampla gama de comunidades, onde grupos e interesses são representados de formas diversas e conflitantes (Oliveira, 2019). Embora essa heterogeneidade possa fomentar o cosmopolitismo e a tolerância (Tuch, 1987), também pode criar conflitos, dependendo do contexto mais amplo. A interseção frequente nas cidades entre heterogeneidade e grandes desigualdades socioeconômicas aumenta o risco de conflito e violência (Moncada, 2013).

O número crescente de motocicletas e veículos automotores nos grandes centros urbanos favorece o estrangulamento do trânsito, criando grande dificuldade de acesso, tráfego e mobilidade, principalmente nas regiões metropolitanas. As incidências criminais afetam drasticamente a vida das pessoas, tendo dentro desse contexto de violência urbana, especial destaque para os crimes cometidos com emprego de motocicletas e auxílio de passageiro (garupa). Os quais se tornaram rotineiros em vários municípios brasileiros, exigindo das forças de segurança o desenvolvimento de novas estratégias para prevenção desses delitos (Neves, 2010).

Dentro do contexto de combate a criminalidade, o desenvolvimento de um policiamento capaz de promover segurança pública em um contexto em que a mobilidade urbana se torna cada vez mais custosa e repleta de obstáculos é de fundamental importância para uma política de segurança pública eficiente.

A polícia americana foi a precursora no emprego da motocicleta no combate à criminalidade, inicialmente a o intuito era buscar a substituição dos cavalos em uma região árida e poeirenta de clima hostil. Tendo como modelo o americano, as polícias brasileiras iniciaram no século passado a ideia de se utilizar a motocicleta para o policiamento urbano, tendo a motocicleta importante papel no trânsito urbano brasileiro, ao qual sofre pelo não planejamento de suas cidades, provocando assim um crescimento urbano desordenado, propiciando inúmeros obstáculos para o policiamento tradicional.

O motopatrulhamento tem como objetivo fortalecer o policiamento ostensivo, dinamizar o atendimento de ocorrências, combater fortemente os crimes praticados por indivíduos em motocicletas, principalmente os delitos de porte ilegal de arma de fogo, tráfico de drogas, roubo, lesão corporal, homicídios dentre outros (Lima, 2015).

No Brasil a partir da década de 80, diversos grupamentos especializados na modalidade e com a finalidade de prevenção a criminalidade com emprego de motocicletas foram instituídos, a exemplo da Rondas Ostensivas com Aplicação de Motocicletas (ROCAM) da Polícia Militar de São Paulo (PMESP) fundada em 1982; o Grupamento de Intervenção Rápida Ostensiva (GIRO) da Polícia Militar de Goiás (PMGO) em 1998 e o atual Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) da Polícia Militar do Ceará (PMCE) em 2004, dentre inúmeros outros que possuem diretrizes doutrinárias similares (Neves, 2010).

O policiamento com motocicleta apresenta características importantes para o enfrentamento da criminalidade urbana, encaixando-se perfeitamente no contexto de Segurança Pública nos municípios brasileiros.

2.4 O COMANDO DE POLICIAMENTO DE RONDAS DE AÇÕES INTENSIVAS E OSTENSIVAS

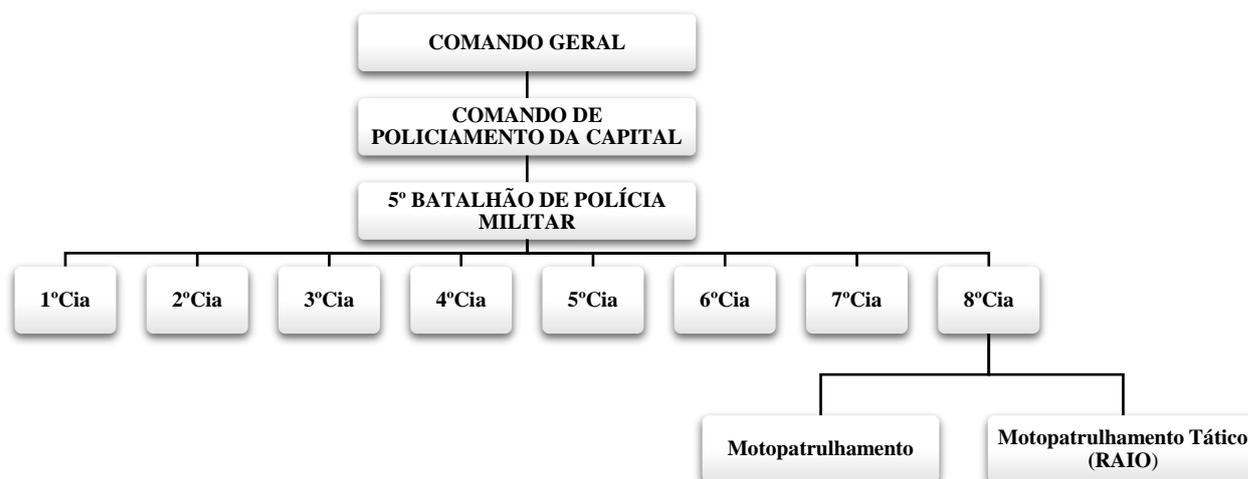
O Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) traz em sua missão a suplementação do policiamento ordinário em seu emprego operacional, buscando o fortalecimento do policiamento ostensivo, dinamizando assim o atendimento de ocorrências, procurando combater fortemente os crimes praticados por indivíduos em motocicletas, principalmente os delitos de porte ilegal de arma de fogo, tráfico de drogas, roubo, lesão corporal, homicídios dentre outros, seguindo um padrão de atuação próprio da especialidade em que se insere, o motopatrulhamento tático (Sousa, 2019). Sendo, dentro da estrutura da PMCE, o principal vetor de atuação do motopatrulhamento ordinário e tático.

2.4.1 História do CPRaio

O Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) teve seu nascedouro em 12 de março de 2004, com inspiração técnica no Grupamento de Intervenção

Rápida Ostensiva (GIRO) da Polícia Militar de Goiás, o qual foi instituído na década de 90. O RAIIO foi normatizado em um ato administrativo por meio de uma nota de instrução, nota nº 08/2004 – PM/3 da PMCE do Comandante Geral da PMCE, instituindo assim o processo de motopatrulhamento tático no âmbito da PMCE, com personificação no Grupamento de Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO) (Ceará, 2004).

Figura 1 – Estrutura da organizacional do RAIIO em 2004



Fonte: Adaptada de (Rosal, 2021).

A unidade traz em sua missão a suplementação do policiamento ordinário em seu emprego operacional, buscando o fortalecimento do policiamento ostensivo, dinamizando assim o atendimento de ocorrências, procurando combater fortemente os crimes praticados por indivíduos em motocicletas, principalmente os delitos de porte ilegal de arma de fogo, tráfico de drogas, roubo, lesão corporal, homicídios dentre outros, seguindo um padrão de atuação próprio da especialidade em que se insere, o motopatrulhamento tático (Sousa, 2019).

Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido no ano de 2011, o RAIIO atingiu a marca de um efetivo de pouco mais de 200 policiais, e teve a oportunidade de mudança de patamar dentro da estrutura organizacional da PMCE, sendo então elevado à condição de companhia independente (Memória, 2021).

Figura 1- Estrutura do RAIO em 2011



Fonte: Elaborado pelo autor

Tendo logo em seguida, no ano de 2012 a sua reestruturação normatizada através da Lei Estadual nº 15.133, passando assim se chamar Batalhão de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (BPRAIO), sendo parte integrante da estrutura organizacional da PMCE (Memória, 2021).

Figura 2 - Estrutura do RAIO em 2012



Fonte: Elaborado pelo autor

Com a reorganização proposta, a unidade passou a estar diretamente subordinada ao Comando de Policiamento Especializado, que, por sua vez, responde diretamente ao Comando Geral da Polícia Militar do Ceará, o órgão administrativo máximo da instituição. No cumprimento de suas atividades regulares, a unidade executa o processo de motopolicamento,

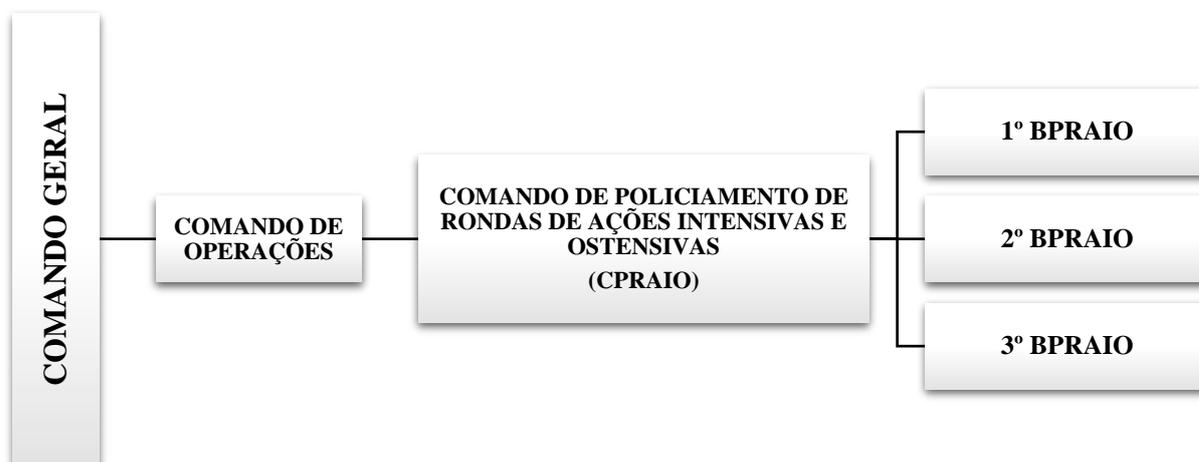
abrangendo tanto o Motopatrulhamento Tático, realizado pelas 1ª, 3ª e 4ª Companhias de Policiamento com Motocicletas, quanto o Motopatrulhamento Ordinário, conduzido pela 2ª Companhia de Policiamento com Motocicletas.

Os procedimentos de motopolicimento implementados pela unidade se distinguem pela doutrina e pelos métodos de execução de suas atividades habituais. O Motopatrulhamento Tático, em particular, inclui a presença de um garupeiro equipado com uma arma de maior estabilidade e precisão, enquanto o Motopatrulhamento Ordinário não adota tal característica em seu processo.

O programa de segurança pública desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará, ao qual, dentre outras medidas, procurou ampliar as ações do Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas – CPRaio para todas as macrorregiões do estado, dando assim início ao processo de interiorização da unidade.

Os resultados expostos alavancaram a unidade ao status de grande comando, tendo assim sua designação atual adotada: Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas – CPRaio, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 32.974 de 18 de fevereiro de 2019, trazendo uma maior autonomia em suas ações (Ceará, 2019).

Figura 3 – Primeira estrutura organizacional do CPRaio



Fonte: Elaborado pelo autor

Em 2021 a estrutura organizacional da PMCE foi alterada através do Decreto Estadual nº.32.974, no qual, dentre outras medidas, alterou a disposição administrativa do CPRaio, o subdividindo-o dos então 3 (três) Batalhões de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas para 5 (cinco) Batalhões e 19 (dezenove) Pelotões (Ceará, 2021).

Figura 4: Estrutura organizacional do CPRaio



Fonte: Elaborado pelo autor

No ano de 2021 o CPRaio foi instituído como estrutura permanente da Polícia Militar do Ceará (PMCE), sendo o Grande Comando da Instituição especializado em policiamento ostensivo com emprego de motocicletas, responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento da doutrina de policiamento com motocicletas no âmbito da Polícia Militar do Ceará (PMCE), nos termos da Lei nº 17.575/2021 (Ceará, 2021).

Atualmente, o CPRaio conta com um contingente de 3.064 policiais, uma frota de aproximadamente 1.428 motocicletas *Big Trail* de alta cilindrada e 114 viaturas, distribuídas em 76 bases estabelecidas em 75 municípios cearenses. Essas bases estão divididas em 5 batalhões, 58 pelotões e 19 companhias, abrangendo 80% da população do estado do Ceará com o policiamento realizado pela unidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os métodos e procedimentos adotados para conduzir a pesquisa abrangem não apenas a coleta de dados, mas também sua análise, tratamento e a revisão da legislação relevante à unidade. A metodologia implementada proporcionou uma abordagem abrangente dos métodos empregados, assegurando a solidez e confiabilidade do estudo, bem como a obtenção de resultados significativos e pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa realizada.

Para a coleta de dados referentes às fases de expansão do Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio), foram utilizados os registros armazenados no banco de dados da Seção de Pesquisa, Desenvolvimento, Ensino e Instrução do CPRaio (SPDEI-P/3-CPRaio). Os registros analisados incluem informações detalhadas sobre as etapas de expansão da unidade, efetivo empregado, recursos materiais disponibilizados, entre outros aspectos relevantes.

Para o tratamento e análise dos dados coletados foi utilizada a linguagem de programação Python. Por meio de técnicas de análise de dados e processamento estatístico, foram extraídas informações relevantes para a compreensão do processo de expansão da unidade. Incluiu a identificação de tendências, padrões e correlações entre os diferentes fatores envolvidos na expansão do grande comando.

A revisão da legislação pertinente foi realizada por meio de consulta a bancos de dados institucionais e ao portal da Câmara dos Deputados do Estado do Ceará. Foram analisadas leis, decretos, resoluções e outras normativas relacionadas à atuação e estruturação do CPRaio, bem como à segurança pública em geral. Essa revisão foi fundamental para contextualizar o processo de expansão da unidade dentro do arcabouço legal e regulatório do estado.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O programa de segurança pública implementado pelo Governo do Estado do Ceará incluiu uma série de medidas, entre as quais se destaca a ampliação das atividades do Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) para todas as macrorregiões do estado. Esse movimento marcou o início de um processo de expansão e interiorização da unidade, visando fortalecer a segurança em diversas áreas do estado, aumentando a presença da tropa especialização em campo e impactando de forma direta na redução dos indicadores de criminalidade.

4.1 ETAPA DE EXPANSÃO DO CPRAIO: CIDADES E EFETIVO EMPREGADO

O processo foi dividido em 4 ciclos distintos, contemplando inicialmente, além da capital, as cidades de maior porte no interior do estado e logo em seguida expandindo-se para as demais regiões, tendo como critério objetivo de escolha das cidades assistidas com a política pública, o aporte populacional dos municípios, como exposto na Tabela 1.

Tabela 1: Ciclos de ampliação do CPRaio

Ciclo	Número de Municípios	População Mínima	Efetivo Empregado **
1º	10*	100.000 hab.	600 PPMM
2º	34	50.000 hab.	1.558 PPMM
3º	24	30.000 hab.	725 PPMM
4º	18	25.000 hab.	418 PPMM

*Contando com a sede da unidade em Fortaleza, em operação desde 2004.

**Previsão

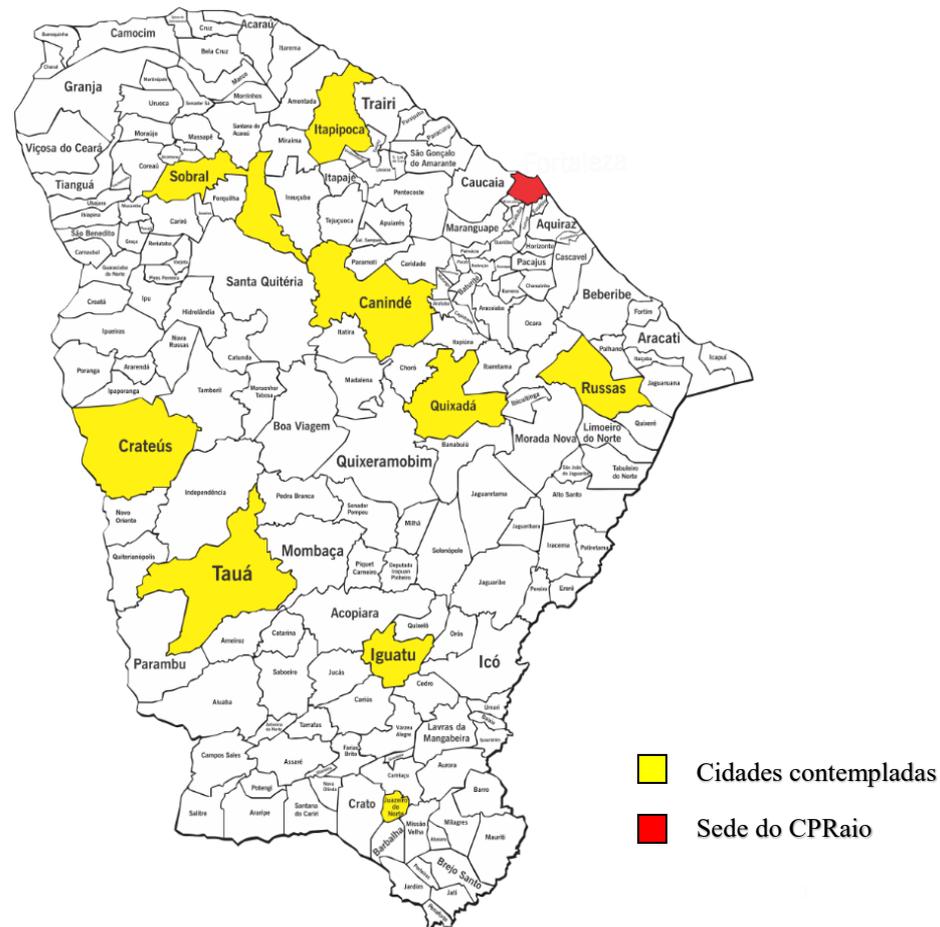
Fonte: Adaptada do (CPRaio, 2022)

4.1.1 Primeiro ciclo de expansão

O fomento do motopolicimento no âmbito da PMCE, com ênfase no processo de motopatrulhamento tático realizado pelo RAIIO, colocou os resultados alcançados pela modalidade em destaque no cenário da segurança pública cearense, estimulando o desenvolvimento de uma política de ampliação das ações da modalidade para todo o Estado.

Fortalecido pela política pública na área de segurança adotada pela SSSPDS e executada pela PMCE, foi iniciado o processo de expansão do CPRaio em março de 2015, abrangendo de forma inicial as macrorregiões do Estado, contemplando todas as cidades com mais de 100.000 (cem mil) habitantes, sendo essas: Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Russas, Quixadá, Iguatu, Itapipoca, Crateús, Tauá e Canindé (CPRaio, 2022).

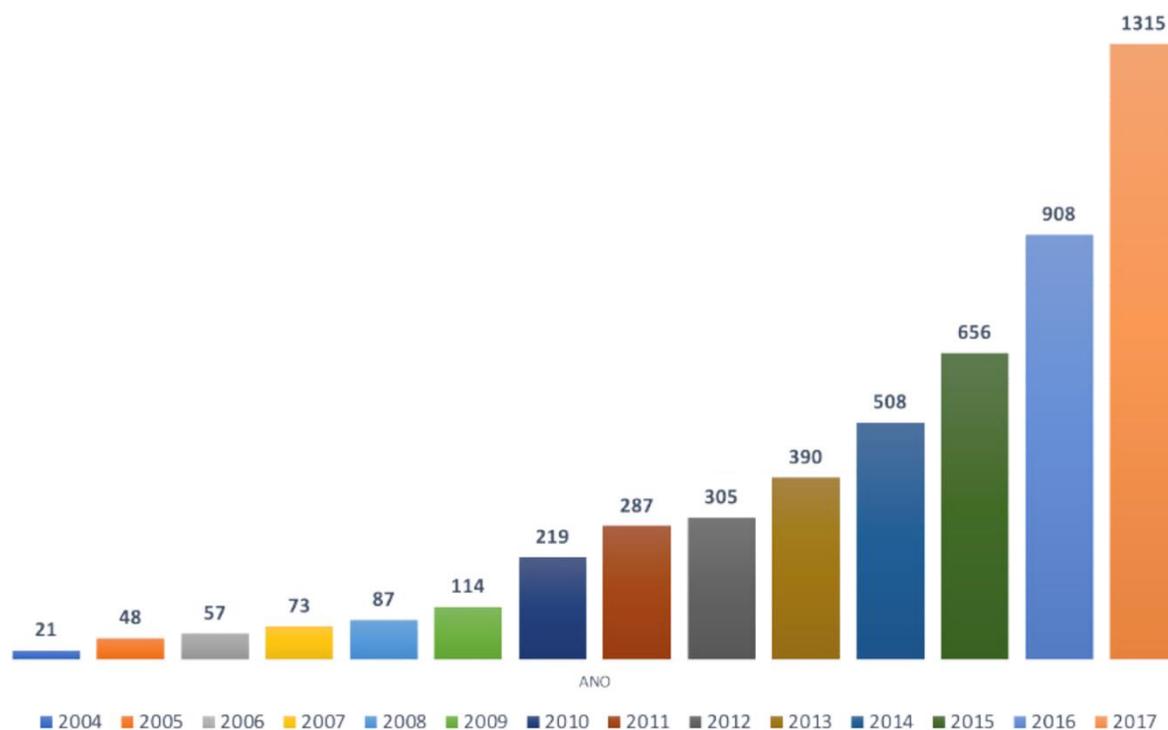
Figura 6: Primeiro Ciclo de Expansão



Fonte: Adaptada de (Rosal, 2021).

A respectiva fase contou com o treinamento e capacitação de 600 (seiscentos) policiais militares, todos capacitados para o desenvolvimento do processo de policiamento através de um programa de formação continuada realizada pela Academia Estadual de Segurança Pública (AESP) em conjunto com a PMCE e executado pela Seção de Pesquisa, Desenvolvimento, Ensino e Instrução do CPRaio, fazendo que o efetivo da unidade atingisse um contingente de 1315 (mil trezentos e quinze) policiais militares capacitados.

Gráfico 1 – Evolução do Efetivo durante o Primeiro Ciclo de Expansão

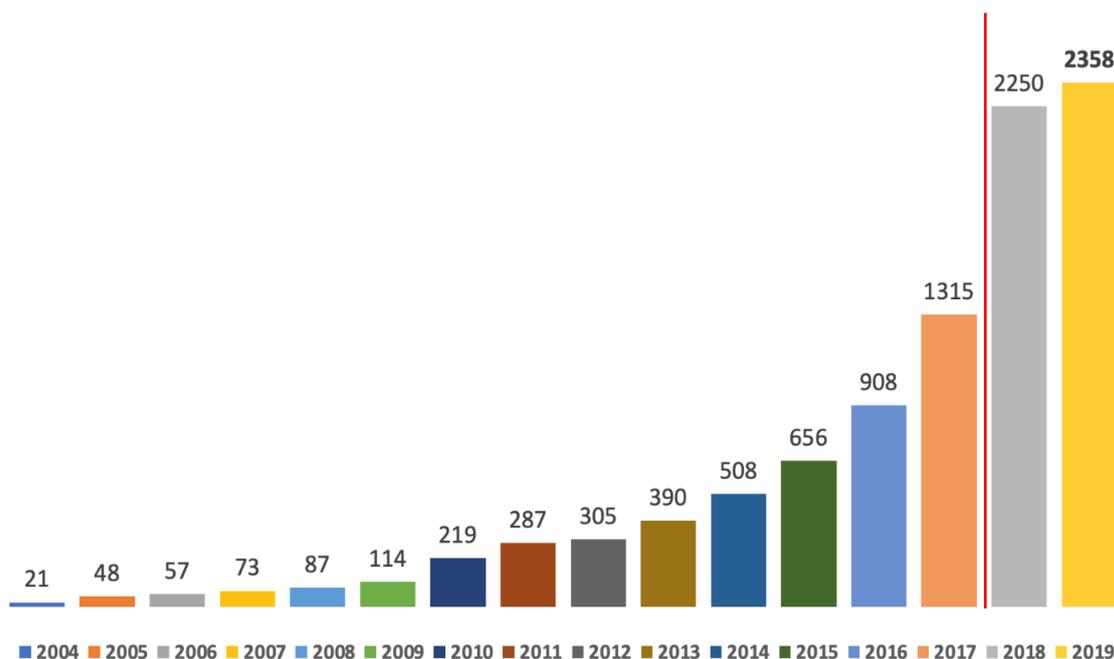


Fonte: Adaptada de (Rosal, 2021).

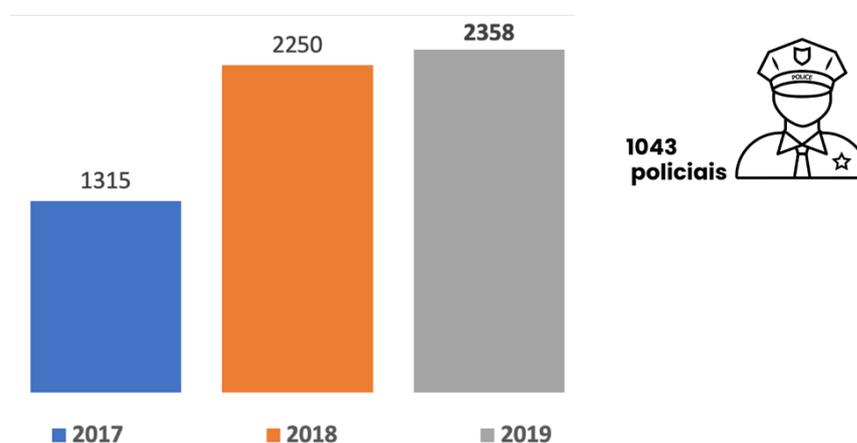
Os resultados positivos trazidos pela avaliação da política pública implantada para as regiões precursoras do processo, estimulou e validou a política implementada, compelindo a continuidade da modalidade e o colocando em seu segundo ciclo de expansão.

4.1.2 Segundo ciclo de expansão

Tendo seu início em setembro de 2017 com a inauguração da base de Maracanaú, o segundo ciclo de ampliação da unidade teve seu início, tendo como objetivo principal contemplar às cidades com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, tendo nesse ciclo contemplado 34 cidades e contando com a capacitação e treinamento de 1.558 (mil quinhentos e cinquenta e oito) policiais, apresentando um investimento substancial na qualificação do efetivo da corporação, favorecendo e propiciando uma atuação de forma dinâmica e técnica na modalidade de motopatrulhamento tático no âmbito institucional.

Gráfico 2: Evolução do Efetivo durante o Segundo Ciclo de Expansão

Fonte: Adaptada de (Rosal, 2021).

Gráfico 3: Evolução do Efetivo durante o Segundo Ciclo de Expansão

Fonte – Adaptada de (Rosal, 2021).

Inicialmente, foram designados 1.043 policiais dos 1.558 capacitados para o ciclo, sendo concebida uma alocação eficiente dos recursos humanos, destinando o excedente de policiais capacitados para os demais processos de policiamento da PMCE.

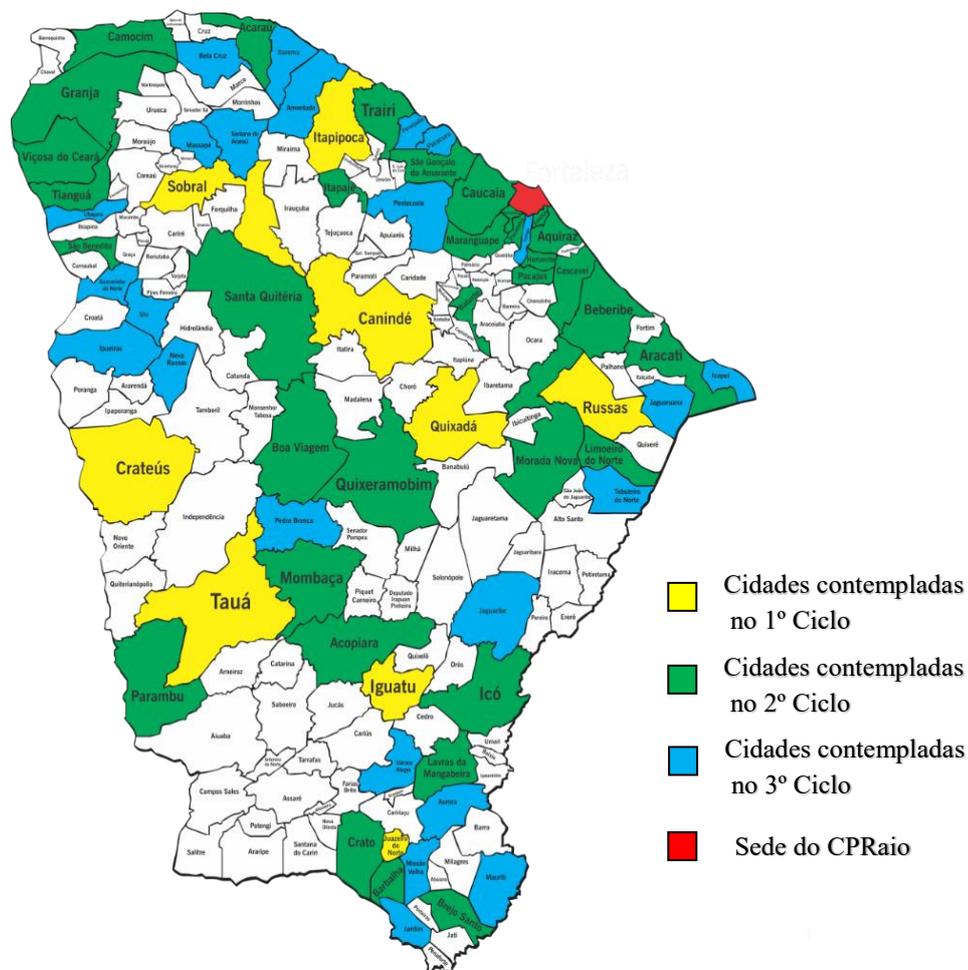
O segundo ciclo de expansão do CPRaio representa um investimento significativo na segurança pública do estado do Ceará. A descentralização da força policial possibilita que o

processo de motopolicciamento seja mais eficiente e eficaz nas regiões mais afetadas pela violência, contribuindo assim para a diminuição do crime organizado e da violência urbana.

4.1.3 Terceiro ciclo de expansão

O terceiro ciclo teve seu início em 15 de abril de 2020 com a implantação da base RAI0 de Itarema, tendo em seu processo de implementação, contemplado todas as cidades com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes. O efetivo policial capacitado e empregado nessa fase foi de cerca de 725 (setecentos e vinte e cinco) policiais, demonstrando a capacidade formativa do CPRaio; da PMCE e da AESP em sua missão de fortalecimento da doutrina de motopolicciamento no âmbito estadual.

Figura 8: Terceiro Ciclo de Expansão



Fonte – Adaptada de (Rosal, 2021).

Tabela 3: Cidades contempladas no Terceiro Ciclo de Expansão

1	Amontada	7	Itarema	13	Nova Russas	19	Tabuleiro do Norte
2	Bela Cruz	8	Jaguaribe	14	Paracuru	20	Ubajara
3	Guaraciaba do Norte	9	Jaguaruana	15	Paraipaba	21	Várzea alegre
4	Ipu	10	Massapê	16	Pedra Branca	22	Icapuí
5	Ipueiras	11	Mauriti	17	Pentecoste	23	Nova Russas
6	Itaitinga	12	Missão Velha	18	Santana do Acaraú	24	Messejana*

*Descentralização da Capital

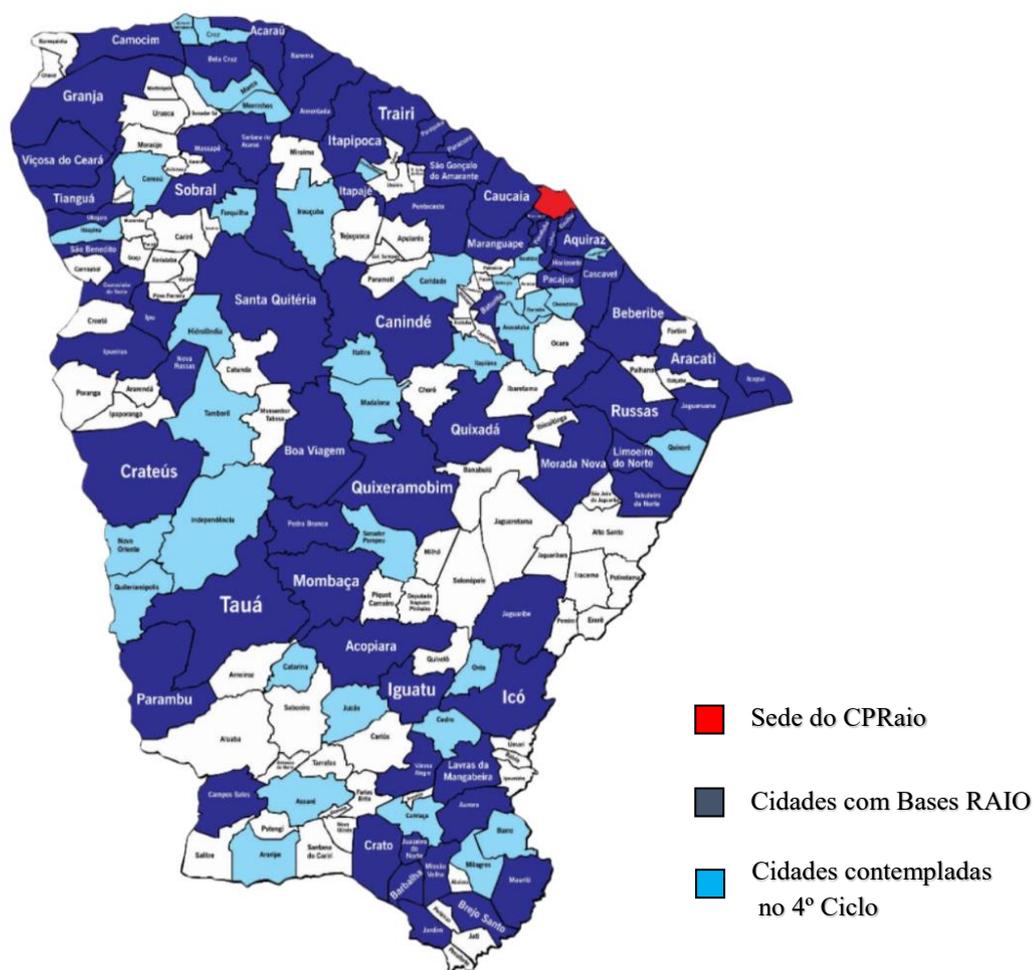
Fonte: Adaptada de (CPRaio, 2022)

O terceiro e o quarto ciclo se condensam, tanto pelas características intrínsecas da formulação da política pública, quanto pelos interesses difusos envolvidos, sendo que, para melhor entendimento, abordaremos a evolução do efetivo do terceiro e do quarto ciclo de forma una, devido as peculiaridades inerentes a adaptabilidade da formulação aplicada.

4.1.4 Quarto ciclo de expansão

O processo de interiorização do RAIIO contempla em seu Quarto Ciclo as cidades com mais de 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, alcançando com a concretização desse ciclo o atendimento de mais de 80% da população cearense, resultados estimulado e fortalecido pelos números operacionais alcançados pelas crenças da população na modalidade de policiamento implementado.

Figura 5: Quarto Ciclo de Expansão



Fonte: Adaptada de (Rosal, 2021).

Tabela 4: Cidades contempladas no Quarto Ciclo de Expansão

1	Jardim	7	Novo Oriente	13	Aracoiaba*	19	Cruz*
2	Tamboril	8	Forquilha	14	Guaiuba*		
3	Messejana (Descentralização)**	9	Redenção*	15	Independência*		
4	Chorozinho	10	Milagres*	16	Ocara*		
5	Campos Sales	11	Marco	17	Cedro*		
6	Ibiapina	12	Caririaçu*	18	Senador Pompeu*		

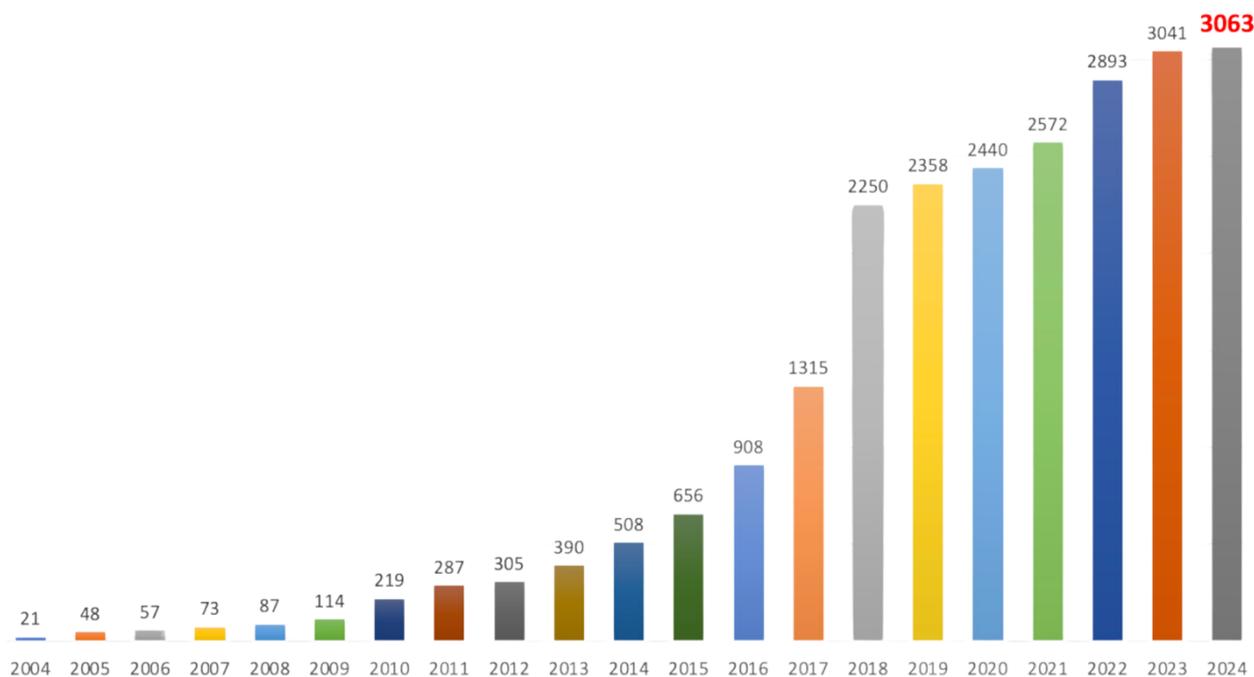
*Cidades com datas indefinidas de inauguração.

**Descentralização da capital.

Fonte: SEI-P/3-CPRaio

O processo de implantação da quarta fase de expansão encontra-se em desenvolvimento, sendo objeto de análise constante pelos proponentes a eficácia da política pública, acompanhado pelos aumentos do índice de sensação de segurança nas regiões contempladas e pela diminuição, principalmente, dos Crimes Violentos Letais Intencionais CVLIs, objeto precípuo de combate do processo de policiamento implantado.

Gráfico 4: Evolução do Efetivo do CPRaio, Terceiro e Quarto Ciclo



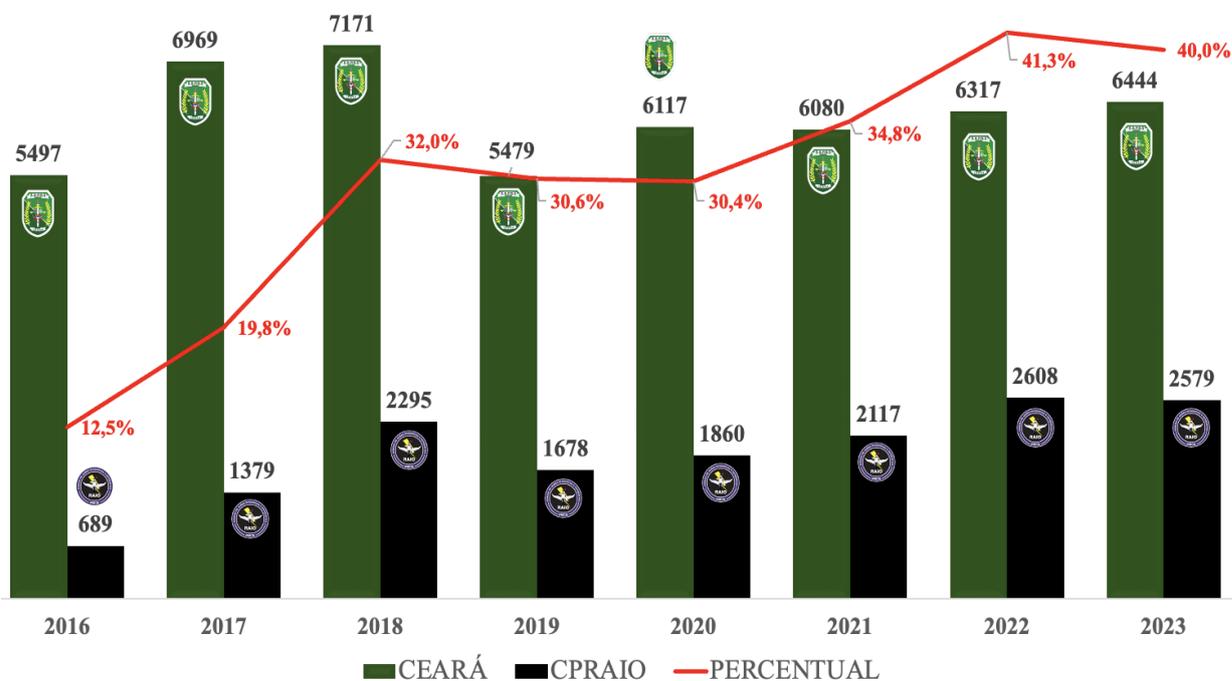
Fonte: Adaptada de (ROSAL, 2021).

A estrutura atual do CPRaio conta com 76 (setenta e seis) bases inauguradas e dispõe de um efetivo de 3063 (três mil e sessenta e três) policiais, dados consolidados no momento de extração dos dados, com propensões de atingir até o final dessa etapa, um efetivo de aproximadamente 3283 (três mil duzentos e oitenta e três) policiais, 84 bases inauguradas e 85% da população cearense contemplada com o processo de policiamento da unidade.

4.2 RESULTADOS OPERACIONAIS

Realizando uma análise operacional dos últimos sete anos, com foco específico no volume de armas de fogo apreendidas, estabelecemos uma comparação entre os resultados obtidos pelo CPRaio, o restante do efetivo operacional da PMCE e outras unidades vinculadas à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS), conforme demonstrado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Apreensões de armas de fogo entre o CPRaio e das demais vinculadas da SSPDS.

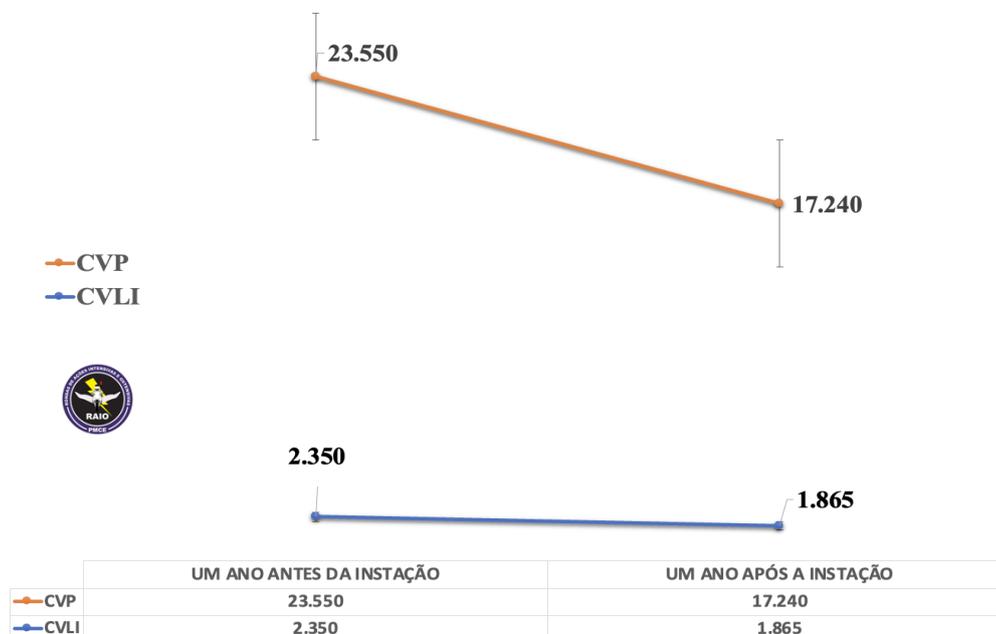


Fonte – SGR CPRaio, adaptada pelo autor.

Os resultados da unidade, em comparação com as demais vinculadas da SSPDS, evidenciam o impacto significativo da atuação do CPRaio na redução dos Crimes Letais Intencionais (CVLI) e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP). Isso posiciona a unidade como um dos principais protagonistas na repressão e combate à criminalidade.

Em um contexto mais holístico, os dados oriundos da SSPDS mostram que para os 54 primeiros municípios que receberem bases RAI0, houve uma significativa redução dos indicadores de CVP, crimes esses que inclui todos os tipos de roubo, exceto latrocínio; e furto, bem como, dos CVLI, que englobam homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de mortes. Os dados apontam que após um ano da implementação da base do Raio no município, em uma média geral, os índices de assalto caem 26,79% e os de homicídio diminuem em 20,64%, conforme exposto no Gráfico 6.

Gráfico 6: Registros de CVP e CVLI após instalação de bases RAIO



Fonte: RAIO/SIP/CIOPS/CGO/PEFFOCE/GEESP/SUPESP/SSPDS

A análise dos dados aponta uma perspectiva positiva para o contexto de avaliação da política pública implementada, coadunando os investimentos públicos em resultados palpáveis, principalmente quando analisamos pela ótica do bem-estar da sociedade contemplada com bases RAIO.

4.3 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados utilizados no estudo, empregou-se o software Python como ferramenta principal, o qual desempenha um papel fundamental na compreensão e interpretação de conjuntos complexos de informações, como os tratados neste estudo. As bibliotecas utilizadas incluíram o Pandas, NumPy e Matplotlib, indispensáveis para a manipulação, visualização e extração de valor dos dados analisados. Essas bibliotecas oferecem funcionalidades poderosas para limpeza, transformação e análise estatística dos dados, além de facilitar a criação de gráficos e visualizações que contribuem significativamente para a interpretação e extração de valor das informações tratadas.

Figura 6: Algoritmo utilizado

```
import pandas as pd
import matplotlib.pyplot as plt
import numpy as np

# Carregar dados do arquivo
cepm = pd.read_excel('/content/drive/MyDrive/CIÊNCIA DE
DADOS/CPraio/CONVOCAÇÃO.xlsx')

# Mostrar as primeiras linhas do DataFrame para verificar os dados
print(df.head())

# Fazer qualquer manipulação de dados necessária
# Por exemplo, filtrar dados ou calcular estatísticas

# Exemplo de filtragem de dados
df_filtrado = df[df['coluna'] > valor]

# Exemplo de cálculo de estatísticas
media = df['coluna'].mean()

# Gerar gráficos usando Matplotlib
plt.figure(figsize=(10, 6))

# Exemplo de gráfico de barras
plt.bar(df['coluna'], df['outra_coluna'])

# Exemplo de gráfico de dispersão
plt.scatter(df['coluna'], df['outra_coluna'])

# Adicionar título e rótulos aos eixos
plt.title('Título do Gráfico')
plt.xlabel('Eixo X')
plt.ylabel('Eixo Y')

# Mostrar o gráfico
plt.show()
```

Fonte: Autor

O algoritmo foi personalizado para atender às necessidades da análise, aproveitando o poder do software Python para manipular o grande volume de dados examinados no estudo.

5 CONCLUSÕES

A análise exposta no presente trabalho relatou de forma detalhada, um dos vários aspectos da política pública na área de segurança desenvolvida no âmbito do Estado do Ceará, fazendo, em primeiro momento, um raio x do processo de expansão do CPRaio e o aumento da sua capacidade operacional, fator que foi norteador pelo clamor social e impulsionado pela confiança que o Grande Comando adquiriu da sociedade por meio de ações efetivas de combate a criminalidade. O processo de expansão da unidade, que até o presente momento atingiu 75 municípios cearenses e está presente em todas as regiões do estado, traduz em números a aceitação da unidade, traçando um diagnóstico dos resultados da política pública implementada.

Os desafios inerentes à expansão do processo de policiamento conduzido pela unidade, caracterizada por uma doutrina sólida, são enfrentados com a consolidação de uma cultura organizacional bem estabelecida, aspecto constantemente monitorado pelo alto comando da unidade (oficiais superiores). A medida administrativa de descentralização do CPRaio em batalhões regionais e sobre uma gestão central, propicia uma visão holística, aumentando a capacidade do gestor de entender as necessidades e as peculiaridades de cada região, facilitando a tomada de decisão, agindo assim de forma sistêmica e ágil.

Os resultados alcançados pelo desenvolvimento da política pública de expansão do CPRaio, provocam uma maior sensação de segurança e um impacto real no seio da sociedade, propiciando tranquilidade social e bem-estar ao povo cearense. A implementação de bases Raio nos municípios contemplados com a política pública, provocam diminuição direta nos indicadores de CVLI e CVP, demonstrando em dados, o impacto causado pelo modelo de motopoliciamento no combate a violência urbana.

Como perspectiva de trabalhos futuros, a temática possibilita que o leitor se debruce sobre diversos aspectos relacionados a política implementada, tais como: Análise dos indicadores de CVLI e CVP dos municípios contemplados com bases RAI0; Análise do impacto do policiamento na percepção de segurança dos municípios contemplados; Impacto de uma cultura organizacional forte no modelo de policiamento especializado, entre outros. Como sugestão de melhorias para a propositura, se faz de extrema importância expandir a perspectiva de análise, levando em consideração potenciais impactos não observados, para consolidação da

informação tratada.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Aparecida de Moura; SANTANA, Héctor Valverde. Avaliação de políticas públicas versus avaliação de impacto legislativo: uma visão dicotômica de um fenômeno singular. *Revista Brasileira de Políticas Públicas, Direito e Mundo Digital*, v. 7, n. 3, 2017.
- BRITTO, C. Q. Violência e Homicídios Relacionados ao Tráfico de Drogas, em Uberlândia – MG, 2017.
- CARVALHO, Alysso et al. Políticas Públicas. Belo Horizonte: Editora, 2003.
- CEARÁ. Lei nº 17.575, de 2 de agosto de 2021. Dispõe sobre o Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas – CPRAIO no estado do Ceará. Fortaleza, Ceará: Assembleia Legislativa do Ceará, 2021.
- CEARÁ. Portaria 08/2004 - PM/3. Boletim do Comando Geral. Fortaleza, Ceará: Polícia Militar do Ceará, 2004.
- CEARÁ, GOVERNO DO ESTADO DO. Decreto nº 32.974, de __ de __ de 2019. Altera a estrutura organizacional e dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da Polícia Militar do Ceará. *Diário Oficial do Estado do Ceará*, v. 35, 2019.
- CEARÁ, GOVERNO DO ESTADO DO. Decreto nº 34.053, de __ de __ de 2021. Altera a estrutura organizacional e dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da Polícia Militar do Ceará. *Diário Oficial do Estado do Ceará*, v. 105, 2021.
- CPRAIO. Ajudância do Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas. Livro eletrônico de controle administrativo de pessoal e material, 2021.
- CPRAIO, SEI - P/3 -. Arquivo interno da Seção de Ensino e Instrução do CPRAIO. Fortaleza, Ceará: Comando de Policiamento de Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas da PMCE, 2022.
- CUNHA, Carla Giane Soares da. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. 2018.
- DEGENNSZAHJ, R. R. Desafios da Gestão Democrática das Políticas Sociais. Brasília, 2000.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Política pública: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora, 2017.

LIMA, Kelly Christine Silva de. Avaliação da Exposição ao Ruído Ocupacional em Policiais Militares do Motopatrulhamento. 2015.

LOTTA, Gabriela. Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: Enap Escola Nacional de Administração Pública, 2019.

MEMÓRIA, Lucas. Assembleia aprova inclusão do CPRaio como estrutura permanente da PMCE. 2021.

MIRABETE, J. F. Manual de direito penal. São Paulo: Atlas, 1992.

MONCADA, E. The Politics of Urban Violence: Challenges for Development in the Global South. Studies in Comparative International Development, 2013.

NAJBERG, Estela. Abordagens sobre o processo de implementação de políticas públicas. 2006.

NEVES, Alex Jorge das. GT VI – Doutrina Nacional de Policiamento com Motocicletas. Belém-PA: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública-Departamento de Políticas, Programas e Projetos, 2010.

OLIVEIRA, Jamilly Ferreira. Mapeamento da criminalidade na cidade de Fortaleza/CE. Curso de graduação em economia ecológica, 2019.

PEDRO, Luiz. Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas. Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986

United Nations Office on Drugs and Crime. Global Study on Homicide: Gender-related Killing of Women and Girls. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2018.